



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**



DENNIS FRANKLIN LOPES ALVES

**BUROCRACIA NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: Análise Sistemática da
Produção Nacional**

PICOS-PI

2022

DENNIS FRANKLIN LOPES ALVES

BUROCRACIA NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: Análise Sistemática da
Produção Nacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado em Administração da
Universidade Federal do Piauí, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me. José Edemir da Silva Anjo

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

A474b Alves, Dennis Franklin Lopes

Burocracia no serviço público brasileiro: análise sistemática da produção nacional / Dennis Franklin Lopes Alves – 2022.

Texto digitado

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHN

Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal do Piauí, Bacharelado em Administração, Picos, 2022.

“Orientador: Me. José Edemir da Silva Anjo”

1. Burocracia. 2. Serviço Público Brasileiro. 3. Serviço público
- Produção Científica Nacional. I. Anjo, José Edemir da Silva. II.
Título.

CDD 354.728981

Maria José Rodrigues de Castro CRB 3: CE-001510/O



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

DENNIS FRANKLIN LOPES ALVES

BUROCRACIA NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: Análise Sistemática da
Produção Nacional

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o discente como:

(X) Aprovado

() Aprovado com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 05 de maio de 2022.

José Edemir da Silva Anjo

(Orientador – José Edemir da Silva Anjo, Mestre)

Camila de Assis Silva

(Membro 1 – Camila de Assis Silva, Mestra)

Elisabeth T. T. de Araújo

(Membro 2 – Elisabeth Thaianne Tercino de Araújo, Mestra)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por me guiar nesta longa caminhada e que me dar forças para continuar firme. Segundo, aos meus pais que me ajudaram bastante a alcançar esta conquista. Além disso, a todos os professores que fizeram parte deste processo, em especial, o professor que me orientou no Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Por fim, aos amigos que fiz na universidade. A todos, muito obrigado!

RESUMO

Objetivo: analisar a influência, sistematicamente, da burocracia no serviço público brasileiro, a partir de artigos da base de dados da Spell. **Metodologia:** Alicerçados na perspectiva da abordagem qualitativa o método de revisão sistemática de literatura foi escolhido, com base no protocolo PRISMA, uma vez que proporciona aos pesquisadores subsídios para a compreensão do fenômeno por meio do mapeamento do campo científico investigado. **Resultados:** Os dados nos levaram a identificação de tendências existentes no campo da produção científica nacional em torno de, questões de implementação de políticas públicas, a capacidade burocrática do Estado brasileiro, os dilemas e desafios da burocracia em nosso país, a profissionalização da burocracia, transparência pública, evolução histórica da burocracia no Brasil, em que se observaram pontos positivos e negativos dos artigos selecionados. **Contribuições:** Esta revisão demonstra um empenho teórico para identificar as formas de aplicações práticas em diferentes setores públicos e dispor novas visões sobre os fenômenos organizacionais a partir da burocracia no serviço público brasileiro.

Palavras-chave: Burocracia; Serviço Público Brasileiro; Produção Científica Nacional.

ABSTRACT

Objective: to systematically analyze the influence of bureaucracy in the Brazilian public service, based on articles from the Spell database. **Methodology:** Based on the perspective of a qualitative approach, the method of systematic literature review was chosen, based on the PRISMA protocol, since it provides researchers with subsidies to understand the phenomenon through the mapping of the scientific field investigated. **Results:** The data led us to identify existing trends in the field of national scientific production around issues of public policy implementation, the bureaucratic capacity of the Brazilian State, the dilemmas and challenges of bureaucracy in our country, the professionalization of bureaucracy, public transparency, historical evolution of bureaucracy in Brazil, in which positive and negative points of the selected articles were observed. **Contributions:** This review demonstrates a theoretical effort to identify forms of practical applications in different public sectors and to provide new views on organizational phenomena from the bureaucracy in the Brazilian public service.

Keywords: Bureaucracy; Brazilian Public Service; National Scientific Production.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação das obras citadas de Weber.....	13
Quadro 2 - Distribuição dos artigos.....	17
Quadro 3 - Considerações sobre o trabalho da Burocracia no serviço público.....	19
Quadro 4 - Perfil metodológico.....	24
Quadro 5 - Classificação das obras citadas de Weber.....	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	15
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	17
4.1 Descrição dos Artigos Selecionados na Revisão Sistemática	17
4.2 A Hegemonia da Burocracia Weberiana nos Estudos Brasileiros.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
7 REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

A burocracia é definida por Weber como o tipo ideal de organização que aplica, em sua forma mais pura, a autoridade racional legal. Nesse sentido não seria correto afirmar que a burocracia é um tipo organizacional que se caracteriza pela aplicação da racionalidade instrumental (VASCONCELOS, 2002, p. 25). Outros formatos organizacionais não-burocráticos também seriam fortemente orientados por critérios de racionalidade instrumental; no entanto, o que definiria uma burocracia enquanto tal, no sentido weberiano, seria a adoção de modos de autoridade racional-legal (WEBER, 2000, p. 518). Na conjuntura brasileira, a burocracia, enquanto modelo de administração, tem relevância histórica, desde o governo Vargas até o momento atual, mesmo que em menor incidência, mas ainda bem presente na maioria dos órgãos públicos.

A burocracia brasileira convive com três modelos administrativos: o modelo patrimonialista, o modelo burocrático weberiano e o modelo gerencial, sem qualquer ordem de sucessão cronológica entre eles e, até mesmo, sem conflitos (TORRES, 2004, p. 140-141). A verdade é que nem mesmo o modelo burocrático foi plenamente implantado no Estado brasileiro, que permanece sendo administrado através de práticas que desconhecem ou ignoram os princípios da impessoalidade, publicidade, especialização, profissionalismo, entre outros.

Este modelo proposto por Weber (1963, p. 231), definia, portanto, os atributos da organização racional-legal, estando estes voltados para garantir a divisão do trabalho entre os participantes, hierarquia, a existência de regras gerais de funcionamento, a separação entre a propriedade pessoal e organizacional, a seleção de pessoal com base em qualificações técnicas. O modelo se propunha a reger os agrupamentos sociais por meio de regras, estatutos, regulamentos, documentação, obediência hierárquica, formalidade e impessoalidade.

O triunfo da estrutura evidenciada por Weber é o racionalismo que evidencia a total exclusão dos valores e emoções humanas na sociedade e nas unidades organizacionais, que deveriam ser regidas por leis científicas (REED, 1998, p. 61). As organizações modernas deveriam privilegiar o conhecimento racional e a técnica sobre a emoção e o preconceito humano. Esse “processo de dominação (racional)” tentaria, portanto, eliminar da vida na organização todos os elementos humanos e emocionais, passando a administração burocrática a funcionar com base no formalismo impessoal – de modo formalmente igual para “cada qual” (WEBER, 2000, p. 535) - e na eficiência tipo-máquina (MARSDEN; TOWNLEY, 2001, p. 31).

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar como tem sido tratado o tema “burocracia” por meio da avaliação de artigos publicados na Revista de Administração Pública (RAP), principal periódico nacional da área de administração pública. Com isso, é possível fazer um mapeamento da literatura sobre o referido tema, no período de 1967 a 2021.

Na implementação deste trabalho definimos a metodologia de revisão sistemática, sendo elaborada de forma descritiva e qualitativa, sobre artigos teórico-empíricos, oriundos de periódicos e disponíveis na base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell), com a ideia de apontar estudos sobre o assunto da análise sistemática da burocracia no serviço público, aplicar um método de busca claro e sistemático; avaliar a qualidade e validade desses estudos e sua aplicabilidade. Então, para instrumentalizar esta pesquisa, aplicamos a recomendação prisma, que se trata de Listas de verificação que apoiam a execução precisa da revisão científica (PRISMA, 2015, P.10).

Assim, no desenvolvimento do trabalho, foram selecionados 25 artigos empíricos, em que foram descritos: 1) a **relação dos artigos selecionados**, em destaque o título, autores e ano de publicação; 2) a **distribuição dos artigos**, em regiões geográficas, instituições, esferas e níveis; 3) **considerações sobre o trabalho da Burocracia no serviço público**, com ênfase sobre o campo de análise e os resultados dos artigos, somente, os selecionados; 4) **perfil metodológico**, quanto as características metodológicas; 5) **classificação das obras citadas de Weber por artigo contemplado na análise**.

Portanto, o artigo está organizado nesta introdução, seguido do referencial teórico em que se detalhou a literatura sobre a burocracia no serviço público brasileiro. Após, explicam-se os aspectos metodológicos empregados para o desenvolvimento da pesquisa. Depois, tem uma seção voltada para a análise dos resultados em que se faz a apresentação descritiva dos artigos incluídos. E, por fim, uma seção dedicada às considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A institucionalização deste estudo não é fruto de um único momento histórico, nem de decisões governamentais. Pelo contrário, a complexidade inerente à burocracia de um país envolve grandes mudanças, sendo facilmente afetada pela transformação socioeconômica e pode não necessariamente convergir do ponto de vista ideológico. Portanto, a análise conjunta que visa explicar a alocação da estrutura burocrática deve se referir à sua evolução histórica, pois é um processo de formação com determinantes de sequências distintas. Vale ressaltar que, embora a burocracia do Brasil tenha passado por mudanças e tenha sido avaliada positivamente em comparações internacionais, muitos resquícios seculares negativos ainda são perceptíveis até os dias de hoje (CAVALCANTE; CARVALHO, 2015, p. 03).

No caso brasileiro, esse processo remonta ao longo período do Brasil colônia, no qual coexistiam a atuação centralizadora da Coroa portuguesa, normalmente pouco efetiva, e a força do poder público patrimonialista local marcado pelo personalismo e a privatização do espaço público. Essa mistura de modelos de administração pública era viável devido ao fato de a Coroa se restringir, em boa medida, à coleta de impostos, enquanto a administração pública era de responsabilidade dos políticos locais (ABRUCIO; LOUREIRO; PACHECO, 2010, p. 21).

Após mais de 100 anos de país soberano, somente nos anos 1930, a administração pública brasileira inicia seu primeiro processo de reforma. As transformações da sociedade e do Estado atreladas à transição do Brasil agrário para um perfil mais industrial e, por conseguinte, ao projeto de desenvolvimento econômico nacionalista demandavam a modernização das estruturas do aparelho estatal, o qual foi capaz de introduzir as mudanças necessárias (LUSTOSA, 2008; TORRES, 2012, p. 829).

De 1930 a 1945, durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, foi criada uma ampla gama de instituições e empresas nacionais, incluindo departamentos de produção como a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional. Relacionado a isso, o estado também tomou medidas para reorganizar o sistema de serviço público. As propostas de reforma da administração pública tomam a forma do modelo clássico de Weber de profissionalizar a burocracia como diretriz. Para tanto, foram aprovadas algumas regras que enfatizam a meritocracia para servidores públicos, como concurso público, estabilidade no emprego e organização profissional (CAVALCANTE, 2014, p. 06).

Em vista do histórico citado, conceitua-se a burocracia como uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos racionais (MOTTA, 1981, p. 7). A burocracia nasce das relações de produção, consolida-se no Estado como forma organizada de controle social e amplia-se com as organizações de modo geral. Assim, a sociedade moderna tornou-se uma “sociedade de organizações burocráticas submetidas a uma grande organização burocrática que é o Estado” (MOTTA, 1981, p. 8).

Na visão de Pereira e Motta (1987, p. 22) afirmam que a organização burocrática é o tipo de sistema social dominante nas sociedades modernas; é uma estratégia de administração e dominação, fruto e berço da burocracia, com a qual se pode inclusive ser identificada. A burocracia pode se constituir em um grupo ou em uma classe social, mas é também uma forma de poder que se estrutura através das organizações burocráticas. Motta (1994, p. 31) afirma que a burocracia monopoliza todo o conhecimento e o mantém secreto, pois tem e sempre teve no segredo uma de suas armas fundamentais. Para Pereira e Motta (1987, p.52), é uma forma de poder que se expressa de duas maneiras: a primeira, como um tipo de sistema social – a organização burocrática; e, a segunda, como um grupo social que vai assumindo cada vez mais o caráter de classe social na medida em que as organizações burocráticas modernas – as grandes

empresas monopolistas e o próprio Estado – assumem de forma crescente o controle da produção.

Segundo Motta (1994, p. 23), o Estado surge quando a sociedade começa a produzir excedentes econômicos, ou seja, a consumir menos do que produz. Nesse momento, a sociedade se divide em classes e para que a dominante tenha condições de se apropriar do excedente, ela cria o Estado. O Estado é, portanto, uma organização burocrática que tem, de acordo com Motta (1994, p. 102), os seguintes elementos constitutivos: uma elite política, que geralmente se confunde com a classe dominante e nela se recruta; um corpo de funcionários hierarquicamente organizados, que se ocupa da administração; uma força pública, que se destina não apenas a defender o país contra o inimigo externo, mas, principalmente, a manter a ordem vigente interna.

No pensamento de Tragtenberg (1974, p. 22), “a administração, enquanto organização formal burocrática, realiza-se plenamente no Estado”, razão pela qual, “o segredo da gênese e estrutura da teoria geral da administração, enquanto modelo explicativo dos quadros da empresa capitalista, deve ser procurado onde certamente seu desenvolvimento mais pujante se dá: no âmbito de Estado”. A teoria administrativa fornece ao capitalismo industrial modelos de transição do liberalismo para o capitalismo monopolista e a “emergência da burocracia como poder funcional e político”.

O Estado é, ao mesmo tempo, burocracia civil e militar e é nesses termos que Weber afirma que ele dispõe do monopólio da violência, por ele traduzido em dois direitos ou poderes básicos: (a) o poder de legislar, isto é, de criar leis das quais os cidadãos não podem escapar; (b) o poder de lançar e cobrar impostos dos quais os cidadãos igualmente não podem escapar (MOTTA, 1994, p. 25).

De acordo com Crozier (1970, p. 51) argumenta que o conceito de poder é extremamente embaraçoso, demasiado vago ou ambíguo e que ele permite explicar muito facilmente um grande número de problemas. Sobretudo, é um conceito difícil de esclarecer, uma vez que sua imprecisão e contradições que levanta não advêm da incerteza do vocabulário, mas da ambiguidade dos próprios fatos. Conforme esta concepção, são as experiências vividas das crises internas das instituições que formam a trama da sociedade atual e levam os envolvidos a refletir e a medir a primazia dos problemas do Estado, no sentido mais amplo de organização e das relações de poder entre os homens. Ainda, explicando sobre “poder” Pereira e Motta (1987, p. 26), destacam que burocracia é dominação, que, por sua vez, é poder. Portanto, a burocracia confere àqueles que a controlam uma imensa parcela de poder, o que, na prática gerencial, pública ou privada, constitui um grande desafio.

Merton (1957, p. 195), entretanto, ressalta que o modelo weberiano negligencia o fator humano por julgar que as organizações são arranjos racionais. Em sua crítica, o autor ressalta as seguintes disfunções ou anomalias: valorização excessiva dos regulamentos, excesso de formalidade, resistência a mudanças, despersonalização das relações, hierarquização do processo decisório, exibição de sinais de autoridade e dificuldades no atendimento aos clientes.

Duas outras críticas muito importantes (GIRGLIOLI, 1995, p. 129) envolvem o conceito de tipos ideais de Weber e a análise microssocial das organizações. Em primeiro lugar, ressalta-se que os elementos constituintes do tipo ideal não são adequados para a análise da estrutura organizacional, pois se encontram em diferentes níveis de generalização. Nesta ordem, alguns elementos, como especialização e pagamento à vista, são características típicas de uma gestão racional (eficiente); outros, como a existência e sistema hierárquico de pessoal administrativo, são características da própria administração burocrática, e são a categoria oposta da administração profissional. O autor cita ainda que essa confusão entre burocracia e profissionalismo se estende ao conceito de autoridade, pois se baseia na hierarquia (burocracia) e na competência (profissionalismo).

Michel Crozier (1981, p. 230) afirma, ainda, que, independentemente dos problemas e disfunções do sistema, a burocracia é um sistema que tem a sua funcionalidade e sua lógica próprias. A burocracia é uma solução organizacional que tentaria evitar a arbitrariedade, o confronto entre os indivíduos e grupos e os abusos de poder (VASCONCELOS; PINOCHET, 2002, p. 45). Para que esse sistema venha a ter a mínima funcionalidade e eficácia desejadas, seria necessário, contudo, atentar para a dimensão cultural.

Ao abordar a questão da relação existente entre cultura nacional e cultura organizacional, Freitas (1997, p. 61) ressalta que as organizações são parte da sociedade e, portanto, de sua cultura. Nessa linha de raciocínio, pode-se pensar em mais uma limitação do modelo burocrático: sua adaptabilidade a diferentes contextos nacionais. A barreira cultural leva ao entendimento que diferentes estágios de implementação da burocracia – totalmente implementada em países desenvolvidos e ainda em seus estágios intermediários em países em desenvolvimento (PETERS, 2001 p. 72) – evidencia que não há como uniformizar sua aplicação em países com estruturas políticas, econômicas e sociais distintas.

A questão é que as posições e suposições de Weber são frequentemente mal compreendidas por alguns de seus intérpretes, que insistem que o tipo ideal transcende suas limitações e o impõe na solução organizacional da burocracia estatal, independentemente de suas condições.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a pesquisa, foi aplicado o estudo sustentado na concepção metodológica da abordagem qualitativa, sendo esta desenvolvida de modo descritivo. De acordo, com a estrutura, foi estabelecido o método de revisão sistemática de literatura, posto que é uma metodologia rigorosa proposta para: identificar os estudos sobre um tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca; avaliar a qualidade e validade desses estudos, assim como sua aplicabilidade (GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011, p. 1261).

No intuito de operacionalizar a revisão sistemática, utilizou-se os argumentos da recomendação prisma. Refere-se a um checklist que dá base a execução de uma revisão científica com exatidão, porque a uniformização e direção oferecem ao pesquisador maior defesa no guia do aprendizado (GALVÃO; PANSANI; HARRRAD, 2015, p. 335); O processo de seleção pode ter várias fases. Em um primeiro momento, a seleção pode considerar apenas a leitura dos títulos dos documentos encontrados. Em um segundo momento, pode-se considerar a leitura dos resumos dos documentos encontrados. E em um terceiro momento, pode-se realizar uma análise crítica geral dos documentos encontrados, onde serão observados a coerência do estudo, qualidade metodológica, resultados alcançados, conclusão, etc. Todo o processo de seleção deve ser explicitado na forma de fluxo, conforme as diretrizes do PRISMA (PRISMA, 2015, p. 16).

Como resultado de assuntos cruciais da pesquisa, foram exploradas diretrizes para revisões sistemáticas, visando principalmente: (a) diferenciar trabalhos científicos por diversas correntes de procura em bases de dados; (b) selecionar artigos com base nas questões de revisão propostas; (c) formular a inclusão de trabalhos e critérios de exclusão; (d) escolha de estudos para análise e interpretação dos dados (GALVÃO, 2017, p. 10).

Inicialmente, foram selecionados alguns artigos para coletar e analisar preliminarmente os dados, consoante apresentado na imagem 1, como um desenho de revisão sistemática, rastreando, a partir da base brasileira Spell, da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). A escolha do estudo foi razoável considerando que o Spell é uma base de dados que contém um grande número de publicações disponíveis e estudos de ciências sociais aplicadas de trabalhos científicos, produzidos no Brasil, especialmente, a ciência da administração.

FIGURA 1 – Etapas de Seleção da Revisão Sistemática pelo protocolo PRISMA



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

No mês de março de 2022, foram realizadas buscas com os termos associados à abordagem da burocracia no serviço público brasileiro: “BUROCRACIA”. O refinamento de busca foi feito individualmente a partir dos tópicos “título”, “resumo” e “palavra-chave”. A busca considerou artigos empíricos e teórico-empíricos, publicados em periódicos da Revista

de Administração Pública (RAP), em qualquer idioma. Quanto o tipo do documento, somente, artigo. O período considerado é desde 1967 até dezembro do ano de 2021.

A partir dos resumos, identificaram-se os artigos que estavam aderentes aos enquadramentos teóricos e metodológicos propostos pelo autor acerca do estudo em burocracia no serviço público brasileiro: artigos empíricos que apresentassem o tema enquanto articulação teórica e lente analítica. Dessa filtragem, vinte e dois foram excluídos por duplicidade, então, chegou ao registro de cinquenta e três artigos. Posteriormente, por critérios de elegibilidade, foram eliminados artigos do ano de 2011 para trás e também os teóricos, totalizando, mais vinte e oito artigos excluídos. Portanto, vinte e cinco artigos foram contemplados e elegíveis, para a leitura completa, sendo feita a análise dos dados, seguindo o enquadramento acima proposto para a seleção e conforme o protocolo PRISMA. E, diante da política de dados abertos, todos os artigos selecionados na busca da base Spell foram baixados e mantidos em uma pasta criada e ordenada do autor (PRISMA, 2015).

Objetivando à maior sistematização e credibilidade metodológica, os dados foram movidos dos materiais coletados para uma planilha no software *Microsoft Excel*®, com as informações descritas nas referências: nome dos autores e seus vínculos institucionais, título do artigo, nome da revista, volume, número e ano de publicação, além do Qualis-Periódicos. A seguir, os resultados e discussão desta revisão (PRISMA, 2015, p.48).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Descrição dos Artigos Selecionados na Revisão Sistemática

Ao exibir os resultados e discussão, inicialmente, buscou-se entender a estrutura da pesquisa, os pesquisadores, instituições e grupos de pesquisa, além de uma descrição sumária de artigos selecionados, na revisão sistemática, os periódicos em que foram publicados e os aspectos metodológicos de algumas das pesquisas desenvolvidas no cenário brasileiro sobre a perspectiva da burocracia no serviço público. No Quadro 1, foi encontrada a relação final dos artigos selecionados para a análise na revisão sistemática.

Quadro 1 - Relação dos Artigos Selecionados na Revisão Sistemática

	Título do Artigo	Autores	Ano
1	Capacidades individuais da burocracia pública do agronegócio brasileiro.	Simão e Silveira	2021
2	O uso de múltiplas fontes de informação nas políticas públicas: um olhar sobre a burocracia federal brasileira.	Koga, Palotti, Couto, Lins e Nascimento	2021
3	Intersetorialidade e redes sociais: a implementação de projetos para população em situação de rua em São Paulo.	Canato, Bichir	2021
4	Transparência, Corrupção e Má Gestão: Uma Análise dos Municípios Brasileiros	Batista, Rocha e Santos	2020
5	Preparação e Resposta a Desastres do Brasil na Pandemia da COVID-19.	Rodrigues, Carpes e Raffagnato	2020
6	O Surto da COVID-19 e as Respostas da Administração Municipal: Municípios de Recursos, Vulnerabilidade Social e Eficácia de Ações Públicas.	Ito e Pongeluppe,	2020
7	Dilemas Morais da Gestão Pública Brasileira no Enfrentamento da Pandemia do Novo Coronavírus.	Santos	2020
8	A Implementação do Auxílio Emergencial como Medida Excepcional de Proteção Social.	Cardoso	2020
9	Profissionalizando a Burocracia e Construindo Capacidades: Avanços Desiguais na Administração Pública Brasileira?	Fernandes e Palotti	2019
10	Filiações Partidárias e Nomeações para Cargos da Burocracia Federal (1999-2018)	Lopez e Silva	2019
11	A Capacidade Transformativa do Governo Federal Brasileiro na Construção de uma Burocracia da Assistência Social nos Municípios.	Sátyro, Cunha	2018
12	Capacidades Estatais para Políticas de Infraestrutura no Brasil Contemporâneo.	Gomide e Pereira	2018
13	Reformar à Esquerda: A Administração Pública Gerencial em Prefeituras Petistas.	Fontoura	2018
14	Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas.	Cavalcante e Carvalho	2017
15	O papel da burocracia de nível de rua na implementação e (re) formulação da Política Nacional de Humanização dos serviços de saúde de Porto Alegre (RS).	Lima e D'Ascenzi	2017
16	Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas.	Souza	2017
17	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais.	Miranda	2017
18	Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”.	Farah	2016
19	Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010.	Bairral, Silva e Alves	2015

20	Retórica na construção de realidades na segurança pública: abordagens dos sistemas de Minas Gerais e São Paulo.	Fonseca, Pereira, Gonçalves	2015
21	Trajatória e avaliação dos programas federais brasileiros voltados a promover a eficiência administrativa e fiscal dos municípios.	Grin	2014
22	Reforma da administração pública e carreiras de Estado: o caso dos especialistas em políticas públicas e gestão governamental no Poder Executivo federal.	Monteiro	2013
23	O processo de institucionalização da participação na Câmara Municipal de São Paulo: uma análise das audiências públicas do orçamento (1990-2010).	Brelaz e Alves	2013
24	Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas.	Oliveira	2012
25	Rigidez e subjetividades: uma análise cultural em uma organização policial.	Lopes Junior, Paiva, Muzzio e Costa	2011

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao observar a evolução temporal dos estudos selecionados, destaca-se que todos são dos últimos dez anos (2011-2021), a saber: uma produção em cada ano: 2011, 2012, 2014, 2016; duas produções em: 2013, 2015, 2019; três produções em: 2018, 2021; quatro produções em: 2017; cinco produções em: 2020. É importante frisar que quatro artigos do ano de 2020, apresenta-se: Batista, Rocha e Santos (2020); Rodrigues, Carpes e Raffagnato (2020); Ito e Pongeluppe (2020); Santos (2020); Cardoso (2020), os quais abordam sobre temas relacionados a pandemia (COVID-19). Com relação ao idioma, todos os artigos são na língua portuguesa.

Os vinte e cinco artigos incluídos na revisão são todos da Revista de Administração Pública (RAP) distribuídos em periódicos nacionais. A revista é muito importante no meio acadêmico, principalmente, no meio das ciências sociais que se destaca na pesquisa. No Quadro 2, constam a distribuição dos artigos por regiões geográficas, quais instituições, as esferas de abordagem, nível de análise.

Quadro 2 - Distribuição dos artigos

	Regiões geográficas	Instituições	Esfera	Nível
1	Sudeste	1. Universidade Federal do Espírito Santo 2. Universidade Federal de Viçosa- MG	Federal	Direção e Assessoramento
2	Centro - Oeste	1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - DF 2. Escola Nacional de Administração Pública - DF 3. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - DF 4. Universidade de Brasília - DF	Federal	Servidores da Administração Direta.
3	Sudeste	1. Grupo de Institutos Fundações e Empresas - SP 2. Universidade de São Paulo - SP 3. Centro de Estudos da Metrópole - SP	Municipal	Burocratas de rua
4	Nordeste	1. Universidade Federal de Pernambuco	Municipal	Gestão

5	Sudeste	1. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército -RJ	Federal	Gestão
6	Sudeste	1. Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, São Paulo 2. University of Toronto, Canadá	Municipal	Gestão
7	Sul	1. Universidade Federal de Santa Catarina	Federal	Gestão
8	Centro-Oeste	1. Ministério da Cidadania - DF	Federal	Burocracia dos níveis de rua e de sistema
9	Centro-Oeste	1. Escola Nacional de Administração Pública - DF 2. Instituto Brasiliense de Direito Público - DF	Federal	Gerentes de médio escalão
10	Sudeste	1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - RJ 2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Federal	<i>Direção e assessoramento superior (DAS).</i>
11	Sudeste	1. Universidade Federal de Minas Gerais	Municipal	Gestão
12	Centro-Oeste	1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - DF 2. Universidade Federal de Goiás	Federal	Gestão
13	Sul	1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Municipal	Gestão
14	Centro-Oeste	1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - DF 2. Fundação Oswaldo Cruz - DF	Federal	cargos comissionados
15	Sul	1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2. Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Municipal	burocracias de nível de rua
16	Nordeste	1. Universidade Federal da Bahia	Federal	Gestão
17	Sudeste	1. Universidade Federal de Minas Gerais	Federal	Gestão
18	Sudeste	1. Escola de Administração de Empresas de São Paulo	Federal	Gestão
19	Sudeste, Centro-Oeste	1. Controladoria Geral da União, Brasília 2. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 3. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Federal	Gestão
20	Sudeste	1. Universidade Federal de Minas Gerais 2. Faculdades Novos Horizontes - MG 3. Fundação Municipal para Educação Comunitária - MG	Estadual	Gestão pública em segurança
21	Sudeste	1. Escola de Administração de Empresas de São Paulo	Federal	Gestão

22	Centro-Oeste	Faculdade Integrada Tiradentes (Fits)	Federal	Gestão
23	Sudeste	1. Universidade Federal de São Paulo 2. EAESP — Fundação Getúlio Vargas	Municipal	Político
24	Nordeste	1. Universidade Federal da Bahia	Federal	burocratas do nível da rua
25	Sudeste, Nordeste	1. Fundação Getúlio Vargas de São Paulo 2. Universidade Estadual do Ceará (Uece)	Estadual	organização policial

Fonte: Elaborada pelo autor.

Quanto à região geográfica têm o Sudeste com maior número de publicações, com 12 artigos. O Centro-Oeste fica em segundo com 06 artigos publicados. Em seguida, temos o Nordeste com 04 artigos. Por último, a região Sul com 03 artigos publicados. Nota-se que a região Norte não teve nenhum artigo publicado nesta pesquisa.

Em relação as instituições, destaca-se o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) envolvido com 04 publicações. Na sequência temos à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 03 publicações. Com 02 publicações, citamos: Escola Nacional de Administração Pública, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia. As demais instituições da tabela 2 ficaram com 01 publicação.

Quanto à esfera, enfatiza-se a federal com 16 artigos publicados inseridos em âmbito nacional. Na estadual, tivemos 02 artigos relacionados. Na municipal, observou-se 07 trabalhos nesta posição. Em se tratando do nível de análise, tem a gestão com maior foco nos artigos, 15 no total. Em segundo, temos a burocracia de rua com 04 incidências. Direção, assessoramento e cargo comissionado com 03 evidências. Por fim, com 01 alvo de pesquisa, temos: organização policial, político e servidores da administração direta.

Na sequência, foi analisado no Quadro 03: os autores, o campo de análise, a compreensão conceitual, quais os efeitos da burocracia no serviço público no âmbito de cada artigo.

Quadro 3 – Considerações sobre o trabalho da Burocracia no serviço público

	Autores	Campo de Análise	compreensão conceitual	Efeitos da burocracia no serviço público brasileiro
1	Simão e Silveira	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Capacidade individual da burocracia pública federal no contexto do agronegócio brasileiro.	Conservadorismo e não modificação de ocupantes de cargos mais elevados na condição de efetivos no MAPA.
2	Koga, Palotti, Couto, Lins e Nascimento	Administração Federal Direta	Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBE) no contexto brasileiro.	Há variação na utilização de fontes de informação na área de política pública em que atuam.
3	Canato, Bichir	População em situação de rua	Intersetorialidade e redes sociais.	Interações cotidianas e estratégias de

				coordenação construídas entre diferentes escalões da burocracia.
4	Batista, Rocha e Santos	Relatórios de auditorias da Controladoria-Geral da União. Com base em 320 municípios brasileiros	Transparência, Corrupção e Má Gestão.	Os resultados indicam que o esforço na direção de uma gestão mais transparente ainda não gerou os resultados esperados.
5	Rodrigues, Carpes e Raffagnato	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC)	Compreender o funcionamento do SINPDEC no enfrentamento à COVID-19, com ênfase na atuação do Ministério da Saúde (MS).	Sua ativação não foi suficiente para aplacar a crise, cujo agravamento expõe falhas nas fases de prevenção e mitigação de desastres, bem como a falta de uma resposta ao desastre em âmbito federativo.
6	Ito e Pongeluppe	Prefeituras de 52 municípios brasileiros	Fatores contextuais e ações públicas que reduziram a transmissão da COVID-19 durante o estágio inicial crítico.	Os resultados da formulação de políticas públicas são: (1) um caminho de ação pública que forneça programas de ajuda através de intensa colaboração dentro da burocracia pública; e (2) um caminho baseado nos recursos de um sistema de saúde bem estruturado.
7	Santos	Gestão pública brasileira	Dilemas Morais da Gestão Pública Brasileira no enfrentamento da pandemia.	Tendo-se consciência dos dilemas envolvidos – entre eles os dilemas morais –, a gestão pode contar com um sistema de ferramentas e reflexões para melhor enfrentar tais situações.
8	Cardoso	Sistemas de dados do governo federal	A Implementação do Auxílio Emergencial.	A evolução digital promovida pelo Governo Federal pode ser comemorada por alguns, mas o desenho dessas políticas também precisa prever portas tradicionais de acesso para aqueles que continuam com o acesso dificultado ou impossibilitado.
9	Fernandes e Palotti	Órgãos da administração federal	A burocracia profissional pode melhorar as capacidades dos servidores.	As funções emergentes vêm gerando novas formas, mais flexíveis e dinâmicas, de atuação dos gerentes — que têm renovado a burocracia

				brasileira, ainda que de modo limitado e heterogêneo.
10	Lopez e Silva	Sistema de Administração de Pessoal da Administração Federal (SIAPE) e da lista nacional de filiados a partidos políticos disponível no <i>site</i> do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, n.d.)	Filiação e nomeação dos partidos políticos para os cargos do alto e médio escalão da burocracia federal brasileira.	A pesquisa aponta que a proporção de filiados aumentou nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e é maior entre nomeados sem vínculo com o setor público.
11	Sátyro, Cunha	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Analisa capacidade transformativa do Ministério do (MDS) de moldar mudanças estruturais nos municípios brasileiros.	Identificamos processos de aprendizagem organizacional e institucional e cooperação interfederativa que, em conjunto, geraram mudanças significativas na capacidade burocrática municipal.
12	Gomide e Pereira	Poder Executivo Federal	Políticas de Infraestrutura no Brasil.	As relações da burocracia com a sociedade local, os representantes dos entes federativos e as agências de controle são precárias. Tal situação constitui-se em barreira para a eficiência e legitimidade da ação estatal no setor.
13	Fontoura	Prefeituras petistas	A administração pública gerencial (APG) em prefeituras petistas.	A finalidade é tornar a máquina mais eficiente e os serviços mais qualificados ao cidadão, a APG converte-se, para os petistas, em um instrumento que pode ser politicamente orientado para atingir seus objetivos políticos e administrativos.
14	Cavalcante e Carvalho	Administração pública federal	Burocracia federal brasileira, avanços e dilemas.	Houve um conjunto amplo de avanços no que tange a recomposição e diversificação da força de trabalho, valorização pecuniária, aumento da qualificação. Todavia, permanecem dilemas e desafios, sobretudo, no enfrentamento do fosso histórico entre carreiras e cargos na

				administração pública federal.
15	Lima e D'Ascenzi	Unidades básicas de saúde de Porto Alegre	Implementação burocrática nos serviços de saúde em Porto Alegre.	Identificaram-se a falta de treinamento nos marcos da política, da percepção de carência de recursos e do baixo grau de apoio, forjaram um entendimento peculiar dos objetivos e das estratégias da política.
16	Souza	Executivo federal	Capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas.	Algumas das dimensões de uma burocracia weberiana foram construídas, enquanto outras aguardam institucionalização, afetando, portanto, a capacidade do Estado em determinadas políticas.
17	Miranda	Gestores municipais e estaduais da política de assistência social	A evolução histórica e a configuração atual do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em situação de risco.	A análise mostra que escolhas feitas na Era Vargas prejudicaram a implementação de inovações do Código de Menores de 1979 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, até meados da década de 2000, quando a burocracia estatal na área da assistência foi fortalecida.
18	Farah	“Campo de públicas” no Brasil	Análise de políticas públicas no Brasil.	O artigo mostra que a análise de políticas públicas ocorre no país desde a década de 1930, mas sem ser acompanhada pela institucionalização de um campo científico.
19	Bairral, Silva e Alves	Entidades públicas federais	Transparência pública nos relatórios de gestão anuais.	Os resultados apontam um baixo nível de transparência pública nos relatórios de gestão (48%), deficiências na divulgação obrigatória (80%) e baixa aderência às práticas de evidenciação voluntária (19%).
20	Fonseca, Pereira, Gonçalves	Segurança pública em Minas Gerais e São Paulo	Comparação entre duas ações produzidas na gestão pública em segurança: (i) a difusão do modelo da nova gestão pública como	Os resultados obtidos mostram que, no que tange à possível substituição da teoria da burocracia pelo modelo da nova gestão

			substituto “natural” da teoria da burocracia e (ii) a implantação de “novas estratégias e técnicas de gestão”.	pública, isso não encontra sustentação na realidade. Também, não se verificam transformações que possam confirmar o esgotamento da teoria da burocracia e o surgimento de uma nova teoria.
21	Grin	Governos Fernando Henrique (1995-2002) e Lula (2003-10) e Cardoso	Trajetória dos programas do governo federal direcionados à modernização administrativa e fiscal dos municípios brasileiros desde os anos 1930.	Essas iniciativas têm duplicado esforços e não contribuem para enfrentar as carências administrativas municipais, o que limitou seu alcance e gerou poucos resultados desde sua re inserção na agenda do governo federal a partir de 1997.
22	Monteiro	Poder Executivo federal	Analisar como o recrutamento baseado na ideia de “competência técnica” foi incorporado à administração pública brasileira após a reforma administrativa de 1995.	O aproveitamento desses especialistas em políticas públicas nos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) do Executivo federal tem conciliado princípios meritocráticos com certa flexibilização das nomeações, restringindo, em tese, os espaços da patronagem política.
23	Brelâz e Alves	Câmara Municipal de São Paulo – (CMSP)	Análise das audiências públicas do orçamento (1990-2010).	Conclui-se que, apesar de institucionalizada, a participação na CMSP encontra limitações normativas e cultural-cognitivas que moldam a participação de acordo com padrões de conduta existentes na interação entre parlamentar e sociedade, sedimentando o clientelismo orçamentário.
24	Oliveira	Burocratas da linha de frente	Burocratas do baixo escalão na aplicação das políticas públicas.	A conclusão assinala questões que são importantes para o controle do poder discricionário dos agentes públicos, sublinhando

				que essa discricção é condição necessária à execução das políticas, mas que ela ameaça a <i>accountability</i> e a <i>responsiveness</i> .
25	Lopes Junior, Paiva, Muzzio e Costa	Polícia Civil do estado do Ceará	Analisar a cultura organizacional da Polícia Civil do estado do Ceará.	As passagens dos relatos dos delegados ilustram que, mesmo considerando o nível de padronização exigido em uma organização policial, até mesmo os líderes das organizações de base (delegacias) são divergentes em diversos aspectos da atividade e da cultura organizacional.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Percebe-se que os campos de análise estão pautados, principalmente, em políticas públicas distribuídas em diferentes âmbitos organizacionais, em exemplos de: Koga et al (2021); Ito e Pongeluppe (2020); Gomide e Pereira (2018); Souza (2017); Farah (2016); Fonseca, Pereira, Gonçalves (2015); Oliveira (2012). No processo de investigação de práticas ligadas à burocracia no serviço público brasileiro, observa-se que os estudos certificam à utilização da abordagem no trabalho institucional com a aproximação de outras abordagens teóricas. Além disso, verifica-se com atenção as pesquisas sobre a pandemia do COVID-19 de artigos recentemente publicados, cita-se os autores: Batista, Rocha e Santos (2020); Rodrigues, Carpes e Raffagnato (2020); Ito e Pongeluppe (2020); Santos (2020); Cardoso (2020). Estes autores apresentaram que as políticas de implementação dos governos em todas as esferas tiveram resultados eficientes na instalação de sistemas e programas sociais, mas não se precaveram bem no planejamento eficaz, para que a doença não avançasse.

No Quadro 4, vista em seguida, quanto à análise do perfil metodológico, foram destacadas as características observadas: abordagem, método de coleta de dados, técnicas de coleta de dados e técnicas de análise de dados. Na parte da descrição, cite-se os elementos e a frequência dos dados.

Quadro 4 – Perfil Metodológico

	Características observadas	Descrição	
		Elementos	Frequência
1	Abordagem	Qualitativo Quantitativo Misto (quali-quant)	20 04 01
		Total	25
2	Método de coleta de dados	Revisão de Literatura Estudo de caso Descritivo	09 04 03

		Ex post facto Survey Rastreamento do processo Análise Comparativa Qualitativa short paper Pesquisa de campo Levantamento Revisão de Discurso Total:	01 02 01 01 01 01 01 01 25
3	Técnicas de coleta de dados	Documental Questionário Entrevistas Bibliográfica websites jornalísticos Total	09 03 04 07 02 25
4	Técnicas de análise de dados	Conteúdo Regressão Análise da relação entre variáveis Análise das redes sociais Comparativa Estatísticas Análise de correlações Análise de políticas Longitudinal Total:	15 02 01 01 01 02 01 01 01 25

Fonte: Elaborada pelo autor.

A leitura dos artigos sobre a burocracia no serviço público contribui para o debate teórico e empírico nos trabalhos analisados, especialmente, no campo das políticas públicas. As pesquisas empíricas foco do nosso trabalho mostram tal aplicabilidade, indicando que o processo de publicização da burocracia pode constituir estratégia necessária para a institucionalização dos objetivos e metas a serem alcançadas, principalmente, pelas gestões públicas.

Aplicado ao setor público, o conceito de capacidade ao gerir políticas públicas é definido como a habilidade do governo de dirigir e controlar seus recursos humanos, financeiros, informacionais e físicos, com o objetivo de realizar as missões organizacionais. As pesquisas em administração pública burocrática revelam que a gestão social e os efeitos gerados na sociedade podem constituir estratégias de desenvolvimento territorial seguras e transparentes por meio da participação de diferentes atores na elaboração e implantação de políticas públicas (IIZUKA, GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2012, p. 748).

Além disso, detalhando as políticas públicas em que as ações sociais derivam daquelas, observa-se na visão de Weber (2005, p. 41-45) ação social é aquela que se orienta por condutas alheias e é dotada de significado por quem age. Quatro são os tipos de ação social, tradicional: são baseadas nos costumes e hábitos geralmente aprendidos no ambiente familiar e são as ações que mais reproduzimos cotidianamente de forma automática. Afetiva: vínculos com sentimentos e desejos através dos estados emocionais, em busca de satisfazer suas vontades. Racional com relação a valores: são convicções e valores que o indivíduo deposita em suas ações, sejam eles éticos, morais, religiosos ou estéticos, podemos colocar a religião como exemplo, seguir determinada doutrina e seus valores na maneira de agir em sociedade. Racional

com relação a fins: Cabe ao indivíduo calcular, basear, medir e pesar suas ações para chegar em determinado objetivo. De acordo com a lógica weberiana, a compreensão dos fenômenos e das instituições sociais passa pelo entendimento do conteúdo simbólico das ações que os configuram (TRAGTENBERG, 1997, p. 191).

Quanto à verificação da metodologia dos artigos, observou-se uma leve falta de rigor metodológico, principalmente, na estrutura dos artigos. Realizar uma pesquisa científica não é uma tarefa fácil, porém, sem dúvida, o mais importante é ter clareza de onde se quer chegar. Os caminhos para se chegar ao objetivo podem ser diversos e permeados de surpresas, sendo que estas não devem ser percebidas como desvios e sim como possibilidades criativas. Temos uma compreensão de que os textos acadêmicos devem seguir um modelo rígido, uma linguagem “padronizada” (VIGOTSKI, 2001, p. 10).

4.2 A HEGEMONIA DA BUROCRACIA WEBERIANA NOS ESTUDOS BRASILEIROS

Ao analisar os trabalhos, percebeu-se que 19 dos 25 artigos utilizavam o modelo burocrático estabelecido por Max Weber. Entretanto, poucos autores citavam referências de Weber nas suas pesquisas, 09 artigos, menos da metade; os outros 10 trabalhos citavam a estrutura weberiana, mas com base em diferentes escritores e os 06 artigos que não se basearam no modelo weberiano, citam outras visões de pensamento: Karl Marx, Friedrich Hegel e a abordagem neoliberal, as quais não são foco deste estudo. Então, buscou-se entender a partir dos estudos que mencionavam, claramente, na visão de Weber, qual era a essência dos artigos. Portanto, no Quadro 5, detalhou-se: as obras weberianas citadas; artigos que apontam, nitidamente, a estrutura weberiana.

Quadro 5 - Classificação das obras citadas de Weber por artigo contemplado na análise

Obras Weberianas citadas	Artigos (código*)
Ensaio de Sociologia (1963)	02, 18
A teoria da organização social e econômica (1964)	09, 11, 12, 16
<i>Economia e sociedade</i> (2002)	10, 14
Os três tipos de dominação legítima (1969)	22

Fonte: Elaborada pelo autor.

*Conforme a ordem dos textos do Quadro 1.

Koga et al (2021), artigo 02, utiliza uma obra weberiana na construção da pesquisa: Ensaio de Sociologia (1963), buscando compreender a percepção dos burocratas federais da Administração Direta levando em conta quais fontes de informação são utilizadas e, por sua vez, compreender sua utilização como decorrente dos diferentes contextos e trabalhos desenvolvidos na produção de políticas públicas. Então, conforme o Autor, os estudos que analisam o contexto de atuação dos burocratas por meio do conceito do trabalho desempenhado pelos burocratas na política pública, demonstram que, na prática, o trabalho analítico ocorre, em geral, associado a outros trabalhos, como aqueles voltados a negociação, comunicação, tradução e até mesmo democratização das ações estatais. Dessa perspectiva, os diferentes trabalhos exercidos para a produção da política pública demandam diferentes tipos de capacidades e recursos, inclusive, informacionais.

Por esse ângulo, Weber analisa que as políticas públicas são construídas pelas demandas sociais e políticas e não sinalizam para uma atividade que significa uma atividade

natural, um acaso. Elas possuem uma intencionalidade racional, que no sentido weberiano as atividades são orientadas para um fim (WEBER, 2000, p. 198).

Farah (2016), artigo 18, citou a obra *Ensaio de Sociologia* (1963), no qual destaca a importância assumida pelas políticas públicas, mas também por pesquisas que subsidiem a formulação, a implementação e a avaliação de políticas. O autor aponta também outra dimensão do processo de constituição da moderna burocracia brasileira a partir de 1930: a relativa à participação dos burocratas no processo de formulação e implementação de políticas públicas. O fato de a criação da burocracia meritocrática, profissional e universalista estar vinculada ao papel exercido por essa burocracia — o de promotor do desenvolvimento por meio de políticas. Segundo o autor, a burocracia instituída na década de 1930 no país: “[...] tornou-se então a primeira estrutura burocrática weberiana destinada a produzir políticas públicas em larga escala” (FARAH, apud Weber, p. 965).

Os quatro artigos subsequentes, baseiam-se na literatura *A teoria da organização social e econômica* (1964). Fernandes e Palotti (2019), artigo 09, expõem que os resultados apontam distinções relativas aos papéis desempenhados pelos gerentes de médio escalão, considerando sua distribuição por funções estatais, perfil e atividades que realizam. Deste modo, os escritores explicam no artigo, que os gerentes parecem ser técnicos competentes para atividades estatais tradicionais. Nessa área, a estruturação burocrática avançou significativamente e é corroborada pelas evidências de um perfil gerencial mais hierarquizado e menos voltado à atuação externa. O que se deve esperar em relação a essa função é a consolidação de modelos organizacionais inspirados no estilo weberiano “tradicional”.

Sátiro e Cunha (2018), artigo 11, alertam os resultados os quais mostram a importância da capacidade de transformação da União no processo de descentralização das políticas públicas no Brasil. No pensamento dos autores, no contexto brasileiro, a execução de políticas sociais foi descentralizada para municípios que apresentam diferentes níveis de capacidade administrativa, mas que devem igualmente organizar e ofertar serviços sociais públicos, conforme padrão estabelecido nacionalmente. Além disso, estabeleceu-se certa concentração da autoridade normativa na União. Eles justificam que o objetivo de discutir as capacidades do Estado brasileiro, nomeadamente da burocracia do governo federal, para produzir políticas de infraestrutura que entreguem os resultados esperados, para que obtenham o apoio (ou o consentimento) dos grupos sociais impactados.

A partir desses pressupostos, Weber discute o Estado e sua capacidade, estabelecendo os elementos básicos que podem ser extraídos, são eles: (a) um território ordenadamente dominado, não necessariamente imutável, sendo que o essencial é que exista um espaço geográfico sob o qual esta associação (Estado) se estenda. (b) A capacidade e a disposição para o uso da força sempre que for necessário. Esta capacidade reside em um poder próprio de uma associação que não pode ser decomposta no poder de suas partes. (c) Uma ação social não exclusivamente econômica, não existindo, por definição nenhuma atividade humana que não possa estar condicionada por monarcas e regulamentos amparados no uso da força ou na ameaça da mesma. (d) Um quadro administrativo que necessita de um círculo de pessoas que, interessadas em manter a dominação e acostumadas a obedecer às ordens dos líderes, estejam permanentemente a disposição destes, encarregando-se das funções técnicas (BIANCHI, 2014, p. 110).

Gomide e Pereira (2018), artigo 12, explicam que as capacidades estatais tem se destacado nas pesquisas sobre políticas públicas, uma vez que as capacidades administrativas do Estado aparecem como uma fonte de fortalecimento da ação governamental, moldando a implementação e o impacto final das suas ações. Assim, altos níveis de capacidades são associados a resultados superiores, enquanto déficits de capacidade são associados a desempenhos subótimos.

Assim, seguindo o pensamento weberiano, os primeiros debates sobre capacidades estatais remontam à literatura sobre a formação dos Estados modernos, a partir da capacidade associada ao poder coercitivo do Estado para prevenir conflitos externos (TILLY, 1985, p. 170). Os estudos sobre capacidades foram intensificados nas décadas de 1980, impulsionados pelo movimento “estatista”, de linhagem teórica weberiana, que interpretava o Estado como um ator relativamente autônomo e capaz de estabelecer seus próprios objetivos (SKOCPOL, 1985, p. 240).

Souza (2017), artigo 16, mostrou a ocorrência de múltiplos mecanismos utilizados pelos diferentes governos e regimes políticos brasileiros para a criação de capacidade burocrática. A despeito da existência de “gramáticas” diferenciadas convivendo simultaneamente e de uma “gramática” hoje predominante, o governo sempre foi capaz de construir capacidade burocrática para dar conta das prioridades dos diferentes regimes políticos, das diferentes coalizões governativas e para diferentes políticas públicas, ou seja, para enfrentar a tarefa da modernização dos tipos Estado-sociedade e Estado-Estado, preconizadas por Weber.

Os dois trabalhos seguintes seguem à produção Economia e sociedade (2002). Lopez (2019), artigo 10, cita que o controle partidário sobre os nomeados filiados é mais brando nos cargos de nível intermediário e maior nos níveis superiores. Entretanto, os filiados são minoria, mesmo nos cargos de mais alto poder político-administrativo. Por isso, sugerimos que, possivelmente, as redes de conexão política que definem os quadros da burocracia decisória também se constroem por meios extrapartidários e compreendê-las se mostra decisivo para dimensionar o peso da política partidária na burocracia ministerial e reinterpretar como o Poder Executivo constrói e gerencia a coalizão de governo e seu apoio no Poder Legislativo.

Nesse sentido, Max Weber (2002, p. 276) considerou a natureza discricionária da escolha uma condição suficiente para definir politização e os cargos de confiança que são, por natureza, politizados. Desse modo, queremos diferenciar politização e partidarização. A partidarização é uma forma específica de politizar e nada diz se os objetivos são orientados por controle das políticas públicas ou por simples entrega dos cargos como sinecuras. Ademais, ao caracterizar politização como uma escolha discricionária, sem conotações normativas, e partidarização como a escolha discricionária de pessoas filiadas a partidos, sem mais, tende-se a evitar noções pré-concebidas – usualmente negativas – entre atributos dos nomeados e qualidade das práticas no exercício da função.

Cavalcante (2017), artigo 14, diz que houve um conjunto amplo de avanços no que tange a recomposição e diversificação da força de trabalho, valorização pecuniária, aumento da qualificação, entre outros. Todavia, permanecem dilemas e desafios, sobretudo, no enfrentamento do fosso histórico entre carreiras e cargos na administração pública federal.

Portanto, para que se enfrentasse os dilemas da burocracia no serviço público brasileiro, segundo a linha de pensamento de Weber (2002, p.145), era necessário alterar formas de provimento. No decorrer desse período, porém, a ocupação dos cargos manteve sua característica principal de flexibilidade. O sistema brasileiro é classificado como de emprego (*position-based*), por permitir que os ocupantes de direção, assessoramento, supervisão (DAS) sejam recrutados tanto na burocracia concursada como de fora do serviço público, diferentemente do modelo puro de carreira (*career-based*) que segue o tipo weberiano ou organizacional, ao restringir a ocupação de cargos comissionados a servidores com vínculo formal com a administração pública (OCDE, 2010, p. 29).

Aliado a isso, o Estado também tinha que atuar no sentido de reestruturar o funcionalismo. A proposta de reforma na administração pública tinha como diretriz a profissionalização da burocracia nos moldes do modelo weberiano clássico. Para tanto, foram adotadas algumas regras que valorizassem o caráter meritocrático do quadro de pessoal do

governo federal, tais como: concurso público, estabilidade no emprego e organização de carreiras (CAVALCANTE, 2017, p. 05).

Por fim, Monteiro (2013), artigo 22, faz menção à obra *Os três tipos de dominação legítima* (1969), explicando que a análise da evolução de uma carreira de Estado, no caso, a de especialista em políticas públicas e gestão governamental, permite uma breve reflexão, mesmo de forma sumária, sobre as dificuldades de se construir uma burocracia meritocrática, a partir de uma formação fomentada pelo próprio Estado, baseada na expertise técnica no Brasil. Portanto, baseando-se no autor, sobre este estudo no Brasil, intencionalmente ou não, reforçou a visão clássica de que a boa administração supõe a distinção entre o mundo político e o burocrático. Neste sentido, retoma os escritos de Max Weber, o qual considera a ausência de profissionalização das burocracias nacionais entrave para seu desenvolvimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa científica abordou a questão da análise sistemática no serviço público brasileiro, em periódico nacional, pelo método de revisão sistemática. Neste trabalho, buscou-se analisar algumas temáticas de relevância nas questões de implementação de políticas públicas, a capacidade do Estado brasileiro, os dilemas e desafios da burocracia em nosso país, a profissionalização da burocracia, transparência pública, evolução histórica da burocracia no Brasil. O autor do estudo se baseou nas ideias de Marx Weber, para discutir os assuntos citados e todos os artigos selecionados.

A burocracia quando usada de maneira correta, equilibrada nas organizações tende a ter benefícios, citam-se concepções weberianas: formalismo; meritocracia; profissionalismo; impessoalidade; desenvolvimento da burocracia por meio de políticas públicas; a capacidade do Estado de se organizar, ou seja, diferenciar o político do burocrático; entre outros, sendo estas percebidas em alguns artigos. Porém, quando se constata em algum órgão público: falta de controle, apadrinhamento político, falta de transparência, corrupção, “jeitinho brasileiro” de aplicar políticas públicas, como foi percebido em alguns resultados dos artigos selecionados, nota-se que temos que avançar no nível estrutural, sistêmico, a fim de alcançar os objetivos da burocracia pura weberiana, apesar das disfunções nela existente.

Quanto as disfunções da burocracia o próprio Weber notou a fragilidade da estrutura burocrática, que enfrenta um dilema típico: de um lado, existem pressões constantes de forças exteriores para encorajar o burocrata a seguir outras normas diferentes das da organização e, de outro lado, o compromisso dos subordinados com as regras burocráticas que tende a se enfraquecer gradativamente.

Não só a literatura da área de teorias organizacionais mostra que ainda não ocorreu a mudança do modelo tradicional de Weber para um novo paradigma, capaz de suplantiar seus fundamentos básicos, especialmente em termos da forma de racionalidade e legitimidade utilizadas, como a prática na administração governamental mostra que os preceitos da Nova Administração Pública ainda convivem lado a lado com a teoria proposta por Weber. Os mecanismos institucionais de governança, mais nos países em desenvolvimento que naqueles desenvolvidos, ainda se baseiam essencialmente na teoria weberiana (LANE, 2000, p. 85)

A visão que se tem da burocracia é que ela se encontra no início de um *continuum*, dirigindo-se atualmente a novas formas organizacionais – quer sejam “cadeias”, “conglomerados”, “redes” ou “alianças estratégicas”, todas rotuladas de “pós-modernas” -, sendo essencialmente permeável, no caso do aparelho estatal, a inovações gerenciais, como aquelas propostas pelo discurso da Nova Administração Pública. Esse embate de ideias, em vez de levar à conclusão de uma possível superação completa da burocracia, parece conduzir a uma reflexão mais aprofundada sobre qual seria a melhor aplicação dos preceitos weberianos à gestão administrativa dos governos no mundo atual (CLEGG; HARDY, 1998).

Apesar disso, as limitações da pesquisa devem ser examinadas. A revisão sistemática não abrangeu ensaios teóricos na seleção de artigos; não utilizou outros tipos de documento, somente artigos; baseou-se, somente, na revista de administração pública (RAP) da base de dados da Spell; além da delimitação de uma única base de dados. A não utilização de softwares de análise de dados bibliométricos pode ser encarado como outra limitação do estudo.

Como sugestões, para futuros estudos, deseja-se pela realização de novos estudos de revisão sistemática e bibliométrica, no campo da abordagem na burocracia no serviço público brasileiro, em que se relacionem as produções científicas nacionais com as internacionais, em outras bases de periódicos, como *Web of Science*, *Scielo* e *SCOPUS*. Além da necessidade de estudos teórico-empíricos que explorem as percepções de outros autores, por exemplo, Karl Marx, Friedrich Hegel e a abordagem neoliberal que estudam a burocracia

7 REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina (Org.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. D. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 643-675, 2015.
- BATISTA, M.; ROCHA, V.; SANTOS, J. L. A. D. Transparência, Corrupção e Má Gestão: Uma Análise dos Municípios Brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, p. 1382-1401, 2020.
- BRELÀZ, G.; ALVES, M. A. O processo de institucionalização da participação na Câmara Municipal de São Paulo: uma análise das audiências públicas do orçamento (1990-2010). **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 803-826, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- CANATO, P.; BICHIR, R. Intersetorialidade e redes sociais: a implementação de projetos para população em situação de rua em São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 4, p. 995-1016, 2021.
- CARDOSO, B. B. A Implementação do Auxílio Emergencial como Medida Excepcional de Proteção Social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, 2020.
- CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma. Gestão pública no século XXI: **as reformas pendentes**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1686).
- CARVALHO, Eneuton. O aparelho administrativo brasileiro: **sua gestão e seus servidores** — do período colonial a 1930. In: CARDOSO JR., José Celso (Org.). **Burocracia e ocupação no setor público brasileiro**. Brasília: Ipea, 2011. cap. 1.
- CAVALCANTE, P.; CARVALHO, P. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 1-26, 2017.
- CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela. **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: Enap, 2015.
- CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. v. 1, p. 27-57.
- CROZIER, Michael. **A sociedade bloqueada**. Universidade de Brasília. Brasília, 1970.
- CROZIER, Michel. **O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Sociedade Moderna, 2.)

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1260 - 1266, out. 2011.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016.

FERNANDES, C. C. C.; PALOTTI, P. L. M. Profissionalizando a Burocracia e Construindo Capacidades: Avanços Desiguais na Administração Pública Brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 687-710, 2019.

FONSECA, J.; PEREIRA, L.; GONÇALVES, C. Retórica na construção de realidades na segurança pública: abordagens dos sistemas de Minas Gerais e São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 395-422, 2015.

FONTOURA, L. H. Reformar à Esquerda: A Administração Pública Gerencial em Prefeituras Petistas. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 986-996, 2018.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo: Makron Books, 1991.

GALVAO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017.

Galvão, T. F., Pansani, T. S. A., & Harrad, D. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação Prisma. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24 (2) p. 335-342., 2015

GIRGLIOLI, Pier Paolo. **Burocracia**. In: Bobbio, Norberto et alii. Dicionário de Política. 7. ed. Brasília, UnB, v.1, 1995.

GOMIDE, A. A.; PEREIRA, A. K. Capacidades Estatais para Políticas de Infraestrutura no Brasil Contemporâneo. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 935-955, 2018.

GRIN, E. J. Trajetória e avaliação dos programas federais brasileiros voltados a promover a eficiência administrativa e fiscal dos municípios. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 2, p. 459-480, 2014.

IIZUKA, E. S.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; AGUERRE, P. Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida – São Paulo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p.748-779, 2011.

ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O Surto da COVID-19 e as Respostas da Administração Municipal: Municifência de Recursos, Vulnerabilidade Social e Eficácia de Ações Públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 782-838, 2020.

KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; COUTO, B. G.; LINS, R. S.; NASCIMENTO, M. I. B. O uso de múltiplas fontes de informação nas políticas públicas: um olhar sobre a burocracia federal brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 5, p. 1165-1190, 2021.

LANE, Jan-Erik. **New Public Management**. Londres: Routledge, 2000.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. O papel da burocracia de nível de rua na implementação e (re) formulação da Política Nacional de Humanização dos serviços de saúde de Porto Alegre (RS). **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 46-63, 2017.

LOPES JÚNIOR, E. P.; PAIVA, T. A.; MUZZIO, H.; COSTA, F. J. Rigidez e subjetividades: uma análise cultural em uma organização policial. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1821-1845, 2011.

LOPEZ, F.; SILVA, T. M. Filiações Partidárias e Nomeações para Cargos da Burocracia Federal (1999-2018). **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 711-731, 2019.

LUSTOSA, Frederico. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 5, p. 829-874, set./out. 2008.

MARSDEN, Richard; TOWNLEY, Barbara. Introdução: A Coruja de Minerva: Reflexões sobre a Teoria na Prática. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. **Rev. Adm. Pública**, v. 42, n. 1, p. 61-82, jan./fev. 2008.

MERTON, Robert K. **Social Theory and Social Structure**. New York: The Free Press. 1968.

MIRANDA, G. L. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 201-218, 2017.

MONTEIRO, L. M. Reforma da administração pública e carreiras de Estado: o caso dos especialistas em políticas públicas e gestão governamental no Poder Executivo federal. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 5, p. 1117-1143, 2013.

MOTTA, Fernando C. P. **O que é burocracia**. Coleção Primeiros 21 Passos. 16. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OCDE. **Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico**. 2010

OLIVEIRA, A. **Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas**. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 6, p. 1551-1573, 2012.

PACHECO, Regina. **Brasil: politización, corporati-vismo y profesionalización de la función pública**. In: LONGO, Francisco; RAMIÓ, Carles (Org.). Profesionalización del empleo público en América Latina. Barcelona: Fundación Cidob, 2008. p. 141-164. Paulo: Makron Books, 1991.

PEREIRA, Luiz Bresser, MOTTA, Fernando C. Prestes. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PETERS, B. G. **The Future of Governing**. Lawrence, KS: University Press of Kansas. 2001.

PRESTES MOTTA, F. C. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRISMA Group. **Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses**. (s.l.): University of Ottawa/Oxford University, 2015.

REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. v. 1, p. 61-98.

RODRIGUES, K. F.; CARPES, M. M.; RAFFAGNATO, C. G. Preparação e Resposta a Desastres do Brasil na Pandemia da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 614-634, 2020.

SANTOS, L. S. Dilemas Morais da Gestão Pública Brasileira no Enfrentamento da Pandemia do Novo Coronavírus. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 909-922, 2020.

SÁTYRO, N. G. D.; CUNHA, E. M. S. A Capacidade Transformativa do Governo Federal Brasileiro na Construção de uma Burocracia da Assistência Social nos Municípios. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 3, p. 363-385, 2018.

SIMÃO, G. L.; SILVEIRA, S. F. R. Capacidades individuais da burocracia pública do agronegócio brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 4, p. 809-835, 2021.

SOUZA, C. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 27-45, 2017.

SKOCPOL, Theda. **Bringing the state back in: strategies of analysis in current research**. Cambridge University Press, 1985.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

TILLY, Charles. **War making and state making as organized crime**. Cambridge University Press, 1985.

VASCONCELOS, Isabella F. G.; PINOCHET, Luiz H. C. Poder, Tecnologia e Controle Burocrático: Uma Análise Crozeriana em uma Empresa de Informática Paranaense. In: **ENEO**, 2., 2002, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

VIANA, O. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999. (Biblioteca Básica Brasileira)

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Ed. UnB. 2002.

WEBER, M. **Conceitos Básicos da Sociologia**. 4. Ed. Editora Centauro. 2005.

WEBER, M. **Os três tipos de dominação legítima**. In: COHN, Gabriel. *Weber*. Ática: São Paulo, 1969. p. 128-141.

WEBER, M. **The theory of social and economic organization**. New York: The Free Press. 1964.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
- () Dissertação
- () Monografia
- (x) Artigo

Eu, **Dennis Franklin Lopes Alves**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação: **BUROCRACIA NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: Análise Sistemática da Produção Nacional**, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 05 de maio de 2022.

Dennis Franklin Lopes Alves

Assinatura